COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.712, DE 2015

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição a importações nos casos que menciona.

Autor: Deputado EVAIR DE MELO

Relator: Deputado CARLOS MELLES

I - RELATÓRIO

A proposição visa inserir um parágrafo no art. 74 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, o chamado “Novo Código Florestal”, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição às importações de café verde, *in natura* ou grão cru, produzido em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas pela legislação brasileira.

Atualmente, o referido artigo 74 da Lei nº 12.651/2012 autoriza de forma genérica a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) a adotar medidas restritivas a importações de produtos agropecuários e florestais produzidos em países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com a nossa legislação, sem estabelecer a obrigatoriedade de tal restrição para qualquer produto agrícola, pecuário ou florestal de maneira específica.

A proposição tramita em regime ordinário, e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Inicialmente foi submetida à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que a aprovou em 02/12/2015. Nesta oportunidade, cabe à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural apreciá-la quanto ao mérito. Posteriormente, caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examiná-la quanto aos aspectos de que trata o art. 54 do Regimento Interno.

Nesta Comissão não houve apresentação de emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição do nobre Deputado Evair de Melo trata do problema gerado pela competição entre países exportadores de produtos agropecuários em desigualdade de condições no que tange às restrições ambientais.

Todos sabemos que nossa legislação ambiental é das mais avançadas e rigorosas do mundo. Poucos países estabelecem obrigações de preservação da vegetação nativa em propriedades rurais privadas, como as reservas legais e as áreas de proteção permanente previstas no Código Florestal. Também temos uma legislação extremamente complexa e rigorosa para o registro e uso de produtos fitossanitários, para o licenciamento ambiental de empreendimentos rurais, para o uso de recursos hídricos para irrigação, etc.

Tais exigências acarretam custos extras de produção, que afetam a capacidade de os agricultores brasileiros competir sustentavelmente no mercado com gêneros agropecuários vindos do exterior, muitas vezes produzidos sob o regime de legislações ambientais bem mais flexíveis.

Por isso, entendemos que a proposição é oportuna e merece ser apoiada, pois restringe as importações de café verde, *in natura* ou grão cru, de países que não observem normas e padrões de proteção do meio ambiente compatíveis com as estabelecidas na legislação brasileira.

Desse modo, nosso voto é pela aprovação do PL nº 1.712/2015.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado CARLOS MELLES
Relator